

A MILITARIZAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL COMO ESTRATÉGIA PORTUGUESA DE APROPRIAÇÃO

Vinicius Modolo Teixeira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
falecomovinas@gmail.com

Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo

Professor adjunto 1 da Universidade Federal de Uberlândia
ritacmsou@ig.ufu.br

RESUMO

A região sul do Brasil foi durante o período de colonização a área de maior contato entre os dois Impérios Ibéricos, traduzindo-se em intensa disputa entre esses atores coloniais. De um lado, Portugal buscava expandir suas conquistas e se aproximar da foz do Rio da Prata de onde havia sido alijado pelos acordos de partilha no século XV e, por outro, a Espanha se portava como defensora de seu território de "direito", frente à expansão portuguesa. A partir de uma abordagem historicista, busca-se resgatar as origens dos conflitos nessa região e os fatores que levaram Portugal, e depois o Brasil a militarizarem essa região e suas estratégias para assegurar sua posse. A relevância dessa pesquisa se faz pelo atual interesse nos estudos de cooperação e conflitos que marcaram a América do Sul e ainda estão inseridos no continente. O Cone Sul teve sua história marcada diversas vezes pelos conflitos e, desde os anos 1990, encontra-se inserido dentro de uma proposta de integração econômica através do MERCOSUL, com novas perspectivas para as relações entre esses países, a despeito manutenção das estruturas militares na região.

Palavras-chave: Militarização, Rio Grande do Sul, Conflitos, Integração.

THE MILITARIZATION OF THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL AS A PORTUGUESE STRATEGY OF APPROPRIATION

ABSTRACT

The Brazilian southern region was during the colonial period the area of greatest contact between the two Iberian empires, resulting in intense competition among these colonial actors. On the one hand, Portugal sought to expand his achievements and approach to the Silver River where he had been jettisoned by sharing agreements in the fifteenth century, and secondly, Spain behaved as a defender of its territory " by right", in front of Portuguese expansion. From a historicist approach, we seek to rescue the origins of conflicts in the region and the factors that led Portugal, and after Brazilian state, to militarize the region and its strategies to ensure its ownership. The relevance of this research is done by the current interest in studies of cooperation and conflict that marked the South America and are still included in the continent. The Southern Cone has had its history marked by conflict several times and, since the decade of 1990s, it's inserted in a proposed of economic integration through MERCOSUL, with new prospects for relations between these countries, despite the maintenance of military structures in the region.

Keywords: Militarization, Rio Grande do Sul, Conflict, Integration.

INTRODUÇÃO

É a partir da compreensão histórica da formação do Império Português na América e da série de disputas desse com o Império Espanhol na Bacia do Rio da Prata, que se compreende a importância dessa região para a geopolítica brasileira e a real dimensão da série de conflitos que tiveram como palco essa região, a sua importância econômica e os interesses políticos que motivaram diversas intervenções *manu militari* nos territórios vizinhos.

Recebido em 19/02/2011

Aprovado para publicação em 14/03/2012

As estratégias portuguesas para avançar rumo ao interior do continente sul-americano se basearam na militarização dos pontos estratégicos no limite do seu território. Porém é na região sul que essa militarização se expressou de forma mais significativa, não só através de fortificações e grandes empreendimentos militares, mas também na formação de uma população em armas, onde o colono era também o soldado, defendendo sua estância e o território da colônia. Essa estratégia de dinamização da fronteira sul pela militarização foi continuada pelo Brasil Imperial, servindo-lhe nas disputas com os países vizinhos, herdeiros da rivalidade fomentada durante o período colonial.

A estratégia de militarização intensiva se mostrou vitoriosa para a ampliação do território brasileiro durante os acordos de demarcação no século XVIII, relegando, porém, uma estreita ligação entre esse território e a figura do militar, continuada pelo Brasil independente e geradora de instabilidade entre os vizinhos do Prata.

A DISPUTA ENTRE OS IMPÉRIOS IBÉRICOS

A colonização da América do Sul foi realizada ao longo de mais de três séculos preponderantemente pelos países ibéricos (os primeiros a se “fazerem ao mar”) tendo esse território experimentado a princípio uma partilha em duas áreas de exploração, destinadas cada qual a um dos Impérios. Essa partilha, realizada sem conhecimento prévio do território e localização de suas riquezas, foi motivada pelo “descobrimento” do continente americano por Cristóvão Colombo, que a serviço do Reino de Castela, aportou na região caribenha em 1492, em uma viagem que teria por objetivo validar a hipótese de uma possível rota alternativa para as índias e seu lucrativo mercado de especiarias.

Esse “descobrimento” fomentou os entendimentos realizados entre os países ibéricos que até então mantinha a dianteira das navegações. Por meio da *Bula Inter Coetera*, que estabelecia um meridiano a 100 léguas a oeste de Cabo Verde como o divisor dos territórios de Portugal e Espanha, as duas coroas firmaram nesse primeiro momento esse acordo em que as terras espanholas se situariam a oeste desse meridiano e, a leste, as terras portuguesas. Esse acordo não satisfaz o rei português João II, que previa ficar alijado de uma grande parcela de prováveis territórios no novo continente, dada a posição da linha demarcatória muito próxima a Cabo Verde.

Dessa forma, em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que redefinia a linha imaginária divisora das terras, a uma distância de 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, ampliando assim a área atribuída aos portugueses. Com esse tratado, Portugal conseguia além de uma ampliação das possíveis novas terras, o virtual domínio sobre o Atlântico Sul e a rota marítima para as Índias através do contorno da África, pela retirada da Espanha de qualquer motivação territorial para empreender navegações nesse sentido. A execução desse Tratado necessitava ainda que, segundo Moraes (2000), outros entendimentos fossem celebrados, tais como de que ilha do Arquipélago de Cabo Verde seria o ponto de partida para a contagem das 370 léguas, o valor dessas léguas e o valor de cada grau para a contagem dos meridianos. Essas lacunas deixadas em aberto no Tratado seriam aproveitadas pelos lusitanos para avançar pelo interior do continente sul americano que seria ocupado ao longo dos séculos seguintes.

A despeito do interesse em se fixar os limites para a exploração por parte dos dois Impérios, a América do Sul, inicialmente, foi deixada de lado por Portugal, em favor das rotas de comércio estabelecidas com as Índias. Como observa Moraes (2000), a expansão marítima empreendida pelas potências européias ao longo do século XVI foi motivada, sobretudo, pelas necessidades de metais preciosos e de cereais, cujos estoques estavam baixos para a alimentação da crescente população européia. Essas, porém, não eram as únicas carências que animavam o espírito europeu no momento de superação dos paradigmas do sistema feudal, já que para cada setor da sociedade da época havia um objetivo para se envolver nessa empreitada. No caso da expansão ibérica, “a busca de terra para o plantio de cana era o móvel burguês, continuar a reconquista seria o objetivo da nobreza, buscar cereal seria o estímulo básico do Estado, encontrar ouro seria o móbil de todos”. (CHAUNU, P. apud MORAES 2000. p.72)

Para Portugal, a porção da América do Sul para ele destinada não oferecia retornos à altura dos investimentos demandados, tal qual se encontravam na parte espanhola. Como observa Moraes:

[...] Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, que estimulasse uma rápida ocupação. Também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontradas no Índico. (MORAES, 2000, p.290).

Essa debilidade, entretanto, não se traduziu em extremo imobilismo por parte dos conquistadores lusitanos para com a sua colônia, sendo ela somente preterida e não esquecida dentro da estratégia global que Portugal mantinha nesse momento. A ocupação, exploração e avanço para o interior do continente não foi feito nesse momento estando às áreas de povoamento limitadas ao litoral ou áreas não muito distantes deste, já que a exploração das novas terras portuguesas visava o recolhimento do pau-brasil, item com bom valor comercial e abundante na borda atlântica. Após esse etapa inicial, a instalação de engenhos, ainda na borda atlântica, e a produção de açúcar, inseriu definitivamente a *terra brasilis* no circuito comercial português, demandando investimentos e criando novos interesses no novo continente.

A fixação dos limites impostos pelo Tratado e Tordesilhas não desmotivou a cobiça portuguesa por novos territórios e, à medida que se descobria a real dimensão do novo mundo e o potencial incalculável de riquezas que essa nova terra abrigava as expedições rumo ao oeste, para terras espanholas, se mostraram promissoras e sem muitas dificuldades, mas não sem protesto por parte da outra coroa.

Uma expansão para além dos limites fixados pelo Tratado de 1494 foi feita inicialmente seguindo a rede de drenagem bastante densa que segue rumo ao interior, aprofundando o território português para além do que propunha esse Tratado. A interiorização ganhou impulso no período da união das coroas ibéricas, de 1580 a 1640, quando não havia impedimentos para fossem realizadas explorações no interior, e após o término dessa união, quando houve a restauração do trono português, re-estabelecendo dessa forma limites entre os dois Impérios, Portugal já havia somado novos territórios ao seu espólio e realizado o reconhecimento de vasta região que seria agregada futuramente.

Um fator de suma importância para que se realizasse essa interiorização, foi a participação da Igreja Católica como uma terceira força empreendedora rumo às áreas centrais do continente. Como Moraes (2000) observa existiam duas formas de atuação da igreja nesse processo. O primeiro se constituía no *aldeamento*, que eram assentamentos formados pela colonização e com a presença de índios “pacificados” pelos jesuítas, que supriam as necessidades de mão-de-obra e de produtos indígenas e que, além disso, cumpriam também a tarefa de defesa das instalações europeias. A segunda forma de ocupação da Igreja era a *missão*, que se destinava às áreas de fronteira dos territórios coloniais. Nas palavras do autor,

[...] No caso da América do Sul, há claramente uma estratégia geopolítica na instalação das missões, que avançam pelas zonas de interface provável entre as expansões portuguesa (no sentido leste-oeste) e espanhola (vinda no sentido contrário). Nesse movimento as missões interiorizam-se nas bacias do Prata, do Orinoco e Amazônica, adentrando nos llanos colombianos e no pampa gaúcho, bordeja, o Pantanal, e constituem uma zona de adensamento no Paraguai (onde constroem quase um Estado territorial autônomo). Conformam, portanto, uma verdadeira “área tampão” entre as duas frentes colonizadoras ibéricas. (MORAES, 2000, p. 269)

A fixação das missões em áreas de fronteira, apesar de seu relativo isolamento estando às margens dos caminhos traçados pelos portugueses, atraía para suas localidades a figura do bandeirante. Estes buscavam a captura dos índios que os missionários haviam “pacificado”, transformando-os em peças de grande valor para o trabalho escravo e de fácil apresamento, havendo uma disputa entre bandeirantes e religiosos, pelas “cabeças” e almas dos nativos.

Nesse cenário de disputas, os jesuítas tiveram papel importante para a formação territorial dessa região, onde a localidade dos Sete Povos das Missões, em território espanhol, atraía portugueses à procura de índios “pacificados”. Há que se fazer uma ressalva quanto à existência de Jesuítas dos dois Impérios na região, vindos de em sentidos contrários e que apesar de pertencerem à mesma Companhia, defendiam interesses diferentes, não estando, pois, descolados das disputas Ibéricas:

[...] Os jesuítas lusos defendiam os interesses portugueses que se concentravam especialmente na conquista definitiva das terras ao norte do rio da Prata. Por sua vez os jesuítas espanhóis, liderando os índios missioneiros e apoiando os castelhanos, ajudavam a expulsar os portugueses das terras que consideravam como espanholas. [...] (AZEVEDO, 2004, p.12)

A competição pela posse do território fez com que por diversas vezes portugueses e espanhóis entrassem em confronto, alegando invasão de suas terras. A demarcação imprecisa e de difícil aceitação por ambas as partes, propiciou a formação de um território com limites questionáveis entre os dois Impérios, e pouco respeitados pelos mesmos. Esse processo impreciso e de rivalidade contribuiu de sobremaneira para que os futuros Estados herdassem os “questionamentos”, refletindo-se em novas disputas.

Essa movimentação na região sul levou a formação de uma área de intenso contato entre os dois territórios e motivou novas estratégias por parte de Portugal para assegurar sua posse e alcançar seus interesses comerciais no Rio da Prata. A construção de uma estrutura militarizada com a participação de uma grande parcela da população foi certamente central nesse plano, porém muito trabalhoso e parcialmente satisfeito. Como comparação, na região Amazônica, a pacificação dos indígenas e a identificação desses com o Império Português, somado às fortificações dispersas por esse território, conseguiu assegurar para o reino lusitano a imensa região que hoje pertence ao Brasil, um grande sucesso e com a utilização de poucos recursos, quando comparados à região sul.

Junto às Missões seguiu-se o estabelecimento de fortificações e ranchos com a função defensiva das possessões portuguesas, estando a meio caminho entre a Colônia de Sacramento e Laguna. Essas incursões e fixação de povoados mais para o interior do continente vão se revelar numa estratégia acertada, segundo Costa (1997), uma vez que, no estabelecimento do Tratado de Madrid em 1750, o critério adotado para a fixação dos limites foi o de *uti possidetis*, reconhecendo o direito de posse a partir do uso e ocupação da terra.

A REGIÃO SUL NA GEOPOLÍTICA LUSITANA

As formas de apropriação de territórios no novo continente variaram conforme a região pretendida, as diferentes necessidades, as condições físicas e as estratégias empregadas por cada coroa. Enquanto os espanhóis promovendo uma ocupação dispersiva se preocupavam em fundar grandes cidades, os portugueses, ao concederem grandes extensões de terras, promoviam um povoamento extensivo, de maior domínio estratégico (BARROSO, 2004,p.15)

A região amazônica, situada então em outra divisão colonial, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, teve sua dinâmica influenciada pelas condições da floresta e imensa rede de rios que banham a região. As Gerais e o Oeste da colônia experimentaram as incursões de exploradores privados em busca de riqueza, principalmente ouro e pedras preciosas, que quando encontradas motivavam o povoamento de áreas próximas a esses tesouros. Já o sul não possuía recursos minerais de valor como o ouro e em suas terras não florescia especiarias apreciadas no velho mundo. Além da grande distância da metrópole, as terras sulinas, mais especificamente a parte que hoje compreende o litoral do estado do Rio Grande do Sul, são formadas por uma grande praia que vai de Laguna (SC) ao Rio Grande (RS), o que dificulta a instalação de núcleos de povoamento a partir do litoral, sendo a exploração feita pelo interior mais viável. A soma desses e o fato dessa área estar além dos limites estabelecidos contribuíram para que essa parte do território colonial ficasse por mais de um século inexplorada.

A expansão nessa área, entretanto, servia aos interesses portugueses de se aproximar do rico comércio e contrabando de prata sob controle espanhol, já que esse território se situava a meio caminho da foz do Rio e era área de incursões jesuíticas, tendo um valor estratégico para a geopolítica lusitana na América do Sul. A necessidade desse metal precioso era justificada pelo comércio com extremo oriente, onde era utilizado como moeda.

A ocupação jesuítica levada a cabo ao longo do século XVII, além de se ocupar da catequização dos índios, mantinha rebanhos de gado bovino para fornecer carne para seu sustento nessas localidades. Com as invasões dos povoados jesuíticos pelos bandeirantes à

procura de escravos índios, esse gado acabou por escapar e passou a vagar e se reproduzir livremente nos campos gaúchos, formando imensos rebanhos de gado xucro.

No fim do século XVII, o interesse colonial no Brasil se volta para o interior do território, onde é descoberto o ouro das Gerais passando a ser o pólo de atração de uma grande massa populacional para o trabalho nas minas. Essa grande população que se deslocou para a região das Gerais criou também um mercado consumidor ávido por mercadorias e principalmente víveres. Foi então que o gado perdido, existente em grande quantidade nos territórios sulinos, passou a ter uma importância maior e uma aparelhagem para sua exploração começou a ser montada.

Para o Rio Grande começaram a descer paulistas e lagunistas, objetivando prear esse gado xucro para levar até a zona mineradora. Em especial, Laguna, fundada em 1676 pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, tornou-se o foco da irradiação da descida para o sul, num movimento espontâneo que, contudo, teve o incentivo da coroa portuguesa. Enquanto que o interesse popular fixava-se na preia do gado, a perspectiva da coroa orientava-se para o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento. O Rio Grande, no caso, apresentava-se como possuindo uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata. (PESAVENTO, 1980, p.13)

Além do gado bovino “perdido” pelo pampa, a busca por animais da região tinha interesse também nos muares, animais com grande resistência para serem utilizadas como meio de transporte nas minas. As “descidas” em busca desse gado realizadas pelos paulistas não era uma tarefa realizada de forma fácil, já que o lugar consistia numa área de litígio entre as coroas ibéricas, e sendo assim a busca pelo gado corria o risco de encontrar além deste, os castelhanos. Devido essa possibilidade de confrontação, essa atividade se fazia de armas nas mãos, já que segundo Pesavento (1980), o tropeiro era também o chefe de um bando armado.

Os caminhos trilhados para levar os animais do Rio Grande do Sul até as Gerais serviram para que o território fosse conhecido e lançou as bases da ocupação da região, já que muitos municípios, que hoje fazem parte do estado, eram povoados surgidos nesses caminhos como ponto de parada para o descanso da tropa. Essa ocupação serviu imensamente ao interesse da Coroa portuguesa, sendo de grande valia para a geopolítica lusitana, ao agregar esse expansionismo ao mercado interno que era criado naquele momento.

O objetivo português era avançar seus domínios até a foz do Rio da Prata, para que assim usufruísse do comércio e riqueza dessa região e a possibilidade de utilizar essa via de navegação para chegar ao interior do continente. A Colônia de Sacramento fundada na margem oposta à cidade de Buenos Aires servia a esse interesse, colocando os portugueses como agentes do comércio local através de uma posição militar.

A Colônia do Sacramento foi um marco histórico e geográfico na formação territorial do Rio Grande do Sul, pois a partir dela, ocorrem mobilizações militares pra defender os interesses econômicos na região e que provocaram o surgimento de povoados aos arredores de fortes e acampamentos militares estabelecidos em diferentes pontos do atual Rio Grande do Sul, tanto no litoral como no centro ou na campanha, como Rio Grande, Santa Maria e Canguçu, “em consequência da posse da Colônia do Sacramento, os governos espanhóis e portugueses e descendentes de ambos, lutaram por cerca de 190 anos transformando a região do Rio da Prata num campo de batalha.” (MACHADO, 2008, p.42)

Esse “campo de batalha” criado no extremo sul brasileiro advém dos inúmeros embates entre as coroas ibéricas por esse local, assim como dos conflitos travados com os índios e jesuítas que habitavam a região. As Missões Jesuíticas acabaram por se tornar um “estorvo” tanto para Portugal quanto para a Espanha, sendo que a expulsão dos missionários foi levada a cabo em conjunto pelos dois reinos após a primeira metade do século XVIII.

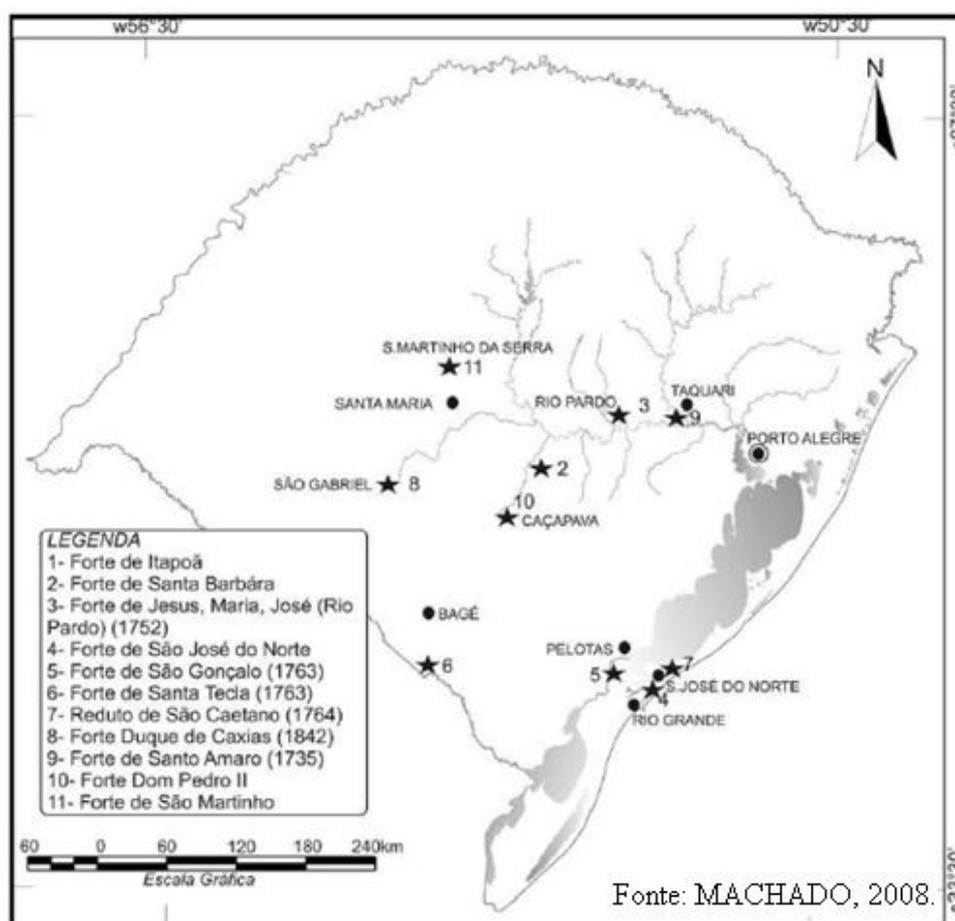
A distância entre Sacramento e São Paulo se constituía num relativo “vazio” demográfico o qual era inaceitável para o objetivo português de se apoderar da região. A presença dos tropeiros e comerciantes de gado era muito bem vinda para a colonização da campanha e

parte central do Rio Grande do Sul, mas a presença efetiva de militares era também necessária.

A disputa levou Portugal a lançar mão de uma estratégia baseada na necessidade de povoamento e defesa territorial. Ao mesmo tempo em que se distribuíam terras através das sesmarias, os portugueses relegavam aos novos colonos a função da defesa de sua propriedade, e, por conseguinte, da defesa do território colonial, transformando cada estância em uma "fortaleza" (BARROSO, 2004).

Essa política singular foi realizada concomitante às fortalezas no sentido clássico do termo. No intuito de preservar as terras das invasões espanholas e de ataques indígenas, Portugal passou a estabelecer no litoral e na região central do atual Rio Grande do Sul, uma série de fortificações (Mapa 1), que serviram de fomento à colonização das terras a partir da presença militar, sendo esses fortes núcleos irradiadores de colonos. A primeira dessas fortificações foi o Presídio "Jesus, Maria e José" onde hoje está situada a cidade de Rio Grande, as margens do canal que liga a Lagoa ao mar, um dos poucos pontos para abrigo de embarcações.

Mapa 1 - As Fortificações no Rio Grande do Sul no período colonial



A presença militar é uma constante no período colonial e a construção de mais fortificações deu-se ao longo do século XVIII, principalmente na parte central do atual estado do Rio Grande do Sul. Os militares que guarneciam essas fortificações eram constantemente destacados para patrulhar ou então combater os invasores espanhóis e dessas incursões estabeleciam-se no interior.

Em meio às tensas relações entre os Impérios Ibéricos surgiram também propostas para a definitiva demarcação dos limites, através de uma série de Tratados entre os dois Reinos. No ano de 1750 foi firmado o Tratado de Madrid, sendo essa a primeira tentativa de por fim aos conflitos que ocorriam entre os dois colonizadores, substituindo o Tratado de Tordesilhas. A

figura de Alexandre de Gusmão, secretário do rei português D. João V, foi o idealizador, segundo Goes (2003) da utilização do conceito de *uti Possidetis*, responsável pela fixação de limites bastante interiorizados.

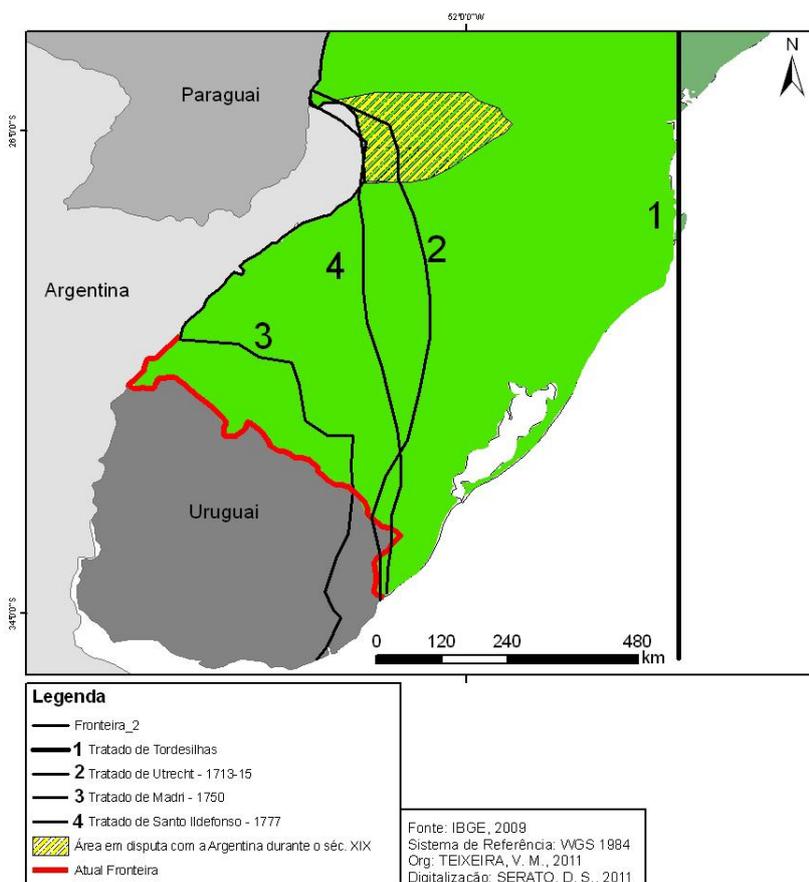
Este Tratado é sempre lembrado como o que assentou de forma decisiva as fronteiras do Brasil colônia, assegurando nesse momento a posse da Amazônia e outras regiões a oeste, com contornos fronteiriços semelhantes ao atual Estado. Entretanto sua validade foi de apenas 11 anos, sendo suplantado pelo Tratado de El Pardo e uma série de novos e intensos conflitos, onde a militarização prévia desse território se fez valer mais uma vez na defesa do território português e favorecendo também a colonização.

A expansão do povoamento pela Campanha e pelas serras do Sudeste está muito ligada aos ciclos de guerras que se iniciam com a grande invasão espanhola (1763). Ao começar o século XIX ainda não se encerrara a série de lutas, mas a Campanha já estava salpicada de estâncias que, continuamente, iam sendo estabelecidas sobretudo pelos militares que a ficavam conhecendo após as repetidas incursões guerreiras. (BERNARDES, 1997, p.57)

Dessa forma, a região se desenvolveu em íntima relação aos conflitos com nossos vizinhos, moldando a dinâmica local às estruturas ligadas a vida militar, seja através de grandes construções fortificadas, seja através da simbiose entre o soldado e o camponês. Percebe-se que a figura do militar, seja ele de carreira ou não, esteve presente no processo de formação territorial do Rio Grande do Sul, dadas às circunstâncias com que se estabeleceram, tendo sempre ao seu lado o espanhol, pronto para tomar as terras.

O Tratado de Santo Ildefonso (1777) traz novamente estabilidade à região em e terminado o século XVIII, o Tratado de Badajós, em 1801, corrige parcela do Tratado de 1777, deixando temporariamente a região livre de conflitos e marcando o início da organização urbana da região (Mapa 2).

Mapa 2 - Limites aproximados de tratados estabelecidos entre Portugal e Espanha na Região Sul.



A fortificação estabelecida em Rio Grande e a outra em Rio Pardo vão exercer um papel de irradiação de pequenos focos de povoados constituídos por guarnições militares destacadas desses fortes. Segundo Barroso (2004), os novos povoados que surgiram ao longo do século XIX, se originaram de quatro núcleos básicos – Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antonio da Patrulha – criados com a finalidade defensiva por Portugal, como o caso de Bagé e Alegrete, originados de acampamentos militares com base em Rio Pardo.

A CONTINUIDADE DA MILITARIZAÇÃO APÓS O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Após a retirada do poder colonial da América do Sul, observa-se a continuidade das tensões entre os novos estados da Bacia do Prata que herdaram, junto com o território, suas disputas e querências frente aos vizinhos, não tardando para a eclosão de novos confrontos. Enquanto o processo de descolonização portuguesa da América do Sul logrou que seu espólio se firmasse em um único estado – o Brasil – a América espanhola não teve o mesmo destino, esfacelando-se em uma porção de estados, como previra Simon Bolívar. Segundo Silveira (1992), Bolívar previa que a América Hispânica se dividiria em 17 Estados, dada as condições e as subdivisões estabelecidas pelo Império Espanhol durante a ocupação da América.

No Cone Sul foi mantida ativa a rivalidade. O Uruguai foi anexado pelo Brasil sob o nome de Província da Cisplatina. Esse território foi alvo de uma disputa entre Argentina e Brasil nos anos de 1825 a 1828 já que os habitantes da região não se sentiam integrantes do Império Brasileiro com língua e culturas diferentes. A Argentina buscando expandir seu território com a incorporação da área deu apoio ao movimento de independência e entrou em guerra com o Brasil.

Esse conflito teve fim com a arbitragem da Inglaterra, julgando que a Província de Cisplatina não pertencia a nenhum dos dois países, e através do Tratado de Montevidéu, concedeu independência ao Uruguai, favorecendo unicamente seu interesse. No conflito contra Oribe e Rosas (Paraguai/Brasil e Argentina/Uruguai), novamente Brasil e Argentina estiveram em lados opostos, buscando se sobressair na região.

Outro conflito que envolveu os países da Bacia do Prata foi a Guerra do Paraguai, tendo Argentina, Brasil e Uruguai formado a Tríplice Aliança para combater o expansionismo paraguaio nos territórios brasileiro e argentino. Nesse caso observa-se a cooperação por parte dos dois Estados, desenvolvida a partir de um conflito.

Nos conflitos que se desenvolveram nessa região, a participação das tropas sul rio-grandenses foi de grande importância para a composição do montante engajado nos conflitos, já que a então província contava com bom número de soldados graças aos fortes e quartéis que ali historicamente foram baseados. Como observa o General Paulo de Queiróz Duarte sobre a Guerra do Paraguai:

A região sul, depois da região sudeste, foi a que mais forneceu contingentes militares para a guerra, somando-se voluntários, guarda nacional e recrutamento num total de 33.803 soldados, representando 27,46% do efetivo militar, o que demonstra a importância da guarda nacional na região sul, bem como das forças terrestres na defesa do território brasileiro. (DUARTE, 1981 apud MACHADO, 2008, p.60).

Passado o período mais intenso de embates diretos entre os vizinhos do Prata, a continuidade da rivalidade entre esses países favoreceu a manutenção de uma grande força militar alocada nessa região em perfeito conformismo ao processo iniciado no período colonial, figurando o militar como um dos pilares da formação territorial sul rio-grandense diante dos vários inimigos que se apresentaram ao longo da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que hoje é a região sul do Brasil, foi ao longo de sua história, um território marcado por disputas, conflitos e acordos realizados entre os Impérios coloniais e posteriormente entre os Estados nacionais nos últimos dois séculos. Esses fatos tiveram implicações sobre os limites desse espaço e as estratégias utilizadas para assegurar a manutenção dele como parte Império Português. A militarização dessa região é a expressão mais clara das ações traçadas pelos adversários da Bacia do Prata, estabelecendo diversas posições fortificadas e guarnições militares para a defesa de seus interesses geopolíticos. No caso brasileiro, a estrutura de

defesa portuguesa da região sul se baseou na militarização através de posições defensivas, mas que, além disso, cumpriam um objetivo maior e mais significativo na forma de dinamização dessa área de contato com o Império Espanhol, assegurando dessa forma a posse pelo uso e uma população em armas.

A militarização da região sulina ainda é visível na atual disposição das Forças Armadas brasileiras, sendo que muitas das atuais Organizações Militares presentes no Rio Grande do Sul tem incorporadas às suas tradições a longa série de batalhas que assolaram a região e o culto à memória de seus combatentes, patronos de muitos batalhões, regimentos e brigadas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Maria de. O Contributo Dos Jesuítas Para O Povoamento Da Região Platina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO, 2004, Sacramento, Uruguai. **Anais...** Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/80-a-presenca-portuguesa-na-regiao-platina.html?start=10>. Acesso em 02 de Outubro de 2010.

BARROSO, Vera Lúcia M. O Povoamento Do Território Do Rio Grande Do Sul/Brasil: O Oeste Como Direção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO, 2004, Sacramento, Uruguai. **Anais...** Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/80-a-presenca-portuguesa-na-regiao-platina.html?start=10>. Acesso em 02 de Outubro de 2010.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais do Brasil**. 7º ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

GOES, Synesio Sampaio. A Paz Das Fronteiras Coloniais: Alexandre De Gusmão, O Grande Obreiro Do Tratado De Madrid. In: **MISSÕES DE PAZ: A diplomacia brasileira nos conflitos internacionais**, 2003, Brasília, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo1.html>. Acesso em 27 de Setembro de 2010.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS**. 2008. 175 p. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia. Santa Maria, 30 de Maio de 2008 do PPG UFSM 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Integração latino-americana: projetos e realidades**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.